

## A Caracterização Dos Agravos De Saúde Mental Dos Usuários E Das Usuárias Do Ambulatório Transexual E Travesti De Natal/Rn

Cléa Patrícia Pereira dos Santos <sup>1</sup>, João Bosco Filho <sup>2</sup>, Wanessa Cristina Tomaz dos Santos Barros <sup>3</sup>, Eliana Costa Guerra <sup>4</sup>, Anna Clara de Araújo Santiago <sup>5</sup>, Dayane Rufino Vieira <sup>6</sup>, Jonathan Silva Gomes <sup>7</sup>, Oswaldo Gomes Corrêa Negrão <sup>8</sup>, Maria Ângela Fernandes Ferreira <sup>9</sup>.

<sup>1</sup>Enfermeira, Mestranda em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
<https://orcid.org/0009-0009-3955-3677>

<sup>2</sup>Enfermeiro, Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <https://orcid.org/0000-0001-7150-9662>

<sup>3</sup>Professora, Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <https://orcid.org/0000-0002-1924-3278>

<sup>4</sup>Professora, Doutora em Sociologia pela Universidade de Paris VIII.  
<https://orcid.org/0000-0001-8368-488X>

<sup>5</sup>Estudante de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
<https://orcid.org/0009-0006-3385-109X>

<sup>6</sup>Estudante de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
<https://orcid.org/0009-0007-5703-0170>

<sup>7</sup>Estudante de Psicologia, Universidade Potiguar do Rio Grande do Norte.  
<https://orcid.org/0009-0008-4154-2339>

<sup>8</sup>Professor, Doutor em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
<https://orcid.org/0000-0002-3718-6991>

<sup>9</sup>Professora, Pós Doutorado pela Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. <https://orcid.org/0000-0002-6142-948X>

---

### Resumo

**Introdução:** A população das travestis, homens e mulheres trans é considerada como um público em vulnerabilidade em todos os contextos sociais, a categorizando com situações excludentes, sendo geradoras de adoecimento mental.

**Objetivo:** Caracterizar os agravos de saúde mental dos usuários e das usuárias do Ambulatório Transexual e Travesti do município de Natal/RN (Ambulatório TT).

**Metodologia:** Trata-se de um estudo transversal, descritivo e exploratório. Os dados foram coletados por meio da ficha de acolhimento individual dos usuários e usuárias cadastrados no referido serviço.

**Resultados:** A amostra com um N=281, indica que uma parcela significativa de 52,91% faz uso de substâncias psicoativas. A maioria dos usuários ou usuárias afirmaram sofrer com depressão e ansiedade (63,16%). Boa parte dos usuários e usuárias sofreram violência transfóbica representando (56,58%) dos casos. Com um predomínio de aproximadamente (63%), usuários e usuárias relataram ter tido pensamentos suicidas, enquanto cerca de (41%) admitiram ter tentado suicídio. Além disso, aproximadamente (33%) declararam praticar autolesão. A população trans sofre desigualdade social decorrentes da somatização de preconceito, sendo produtora do adoecimento mental, infringindo o princípio da equidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

**Palavras chaves:** Sistema Único de Saúde, População transgênera, Saúde mental, vulnerabilidade.

---

Date of submission: 22-09-2024

Date of acceptance: 02-10-2024

---

## I. Introdução

A partir das manifestações populares em prol da Reforma Sanitária, no final da década de 1970, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil foi impulsionada, o que, conseqüentemente, conseguiu a materialização do direito universal à saúde, fundamentado nos princípios norteadores da universalidade, equidade e integralidade. Esses princípios são garantidos por meio de políticas sociais e econômicas que visam reduzir o risco de doenças e outros agravos e proporcionar o acesso universal e igualitário a ações e serviços voltados à promoção, proteção e recuperação

A garantia do direito constitucional à saúde inclui o cuidado do bem-estar psicológico e emocional, sendo assim, um dever do Estado brasileiro, o qual tem a responsabilidade de oferecer condições dignas de cuidado à saúde para toda população. No Brasil, a política de saúde mental se pauta em princípios como a desinstitucionalização, o cuidado em liberdade e os direitos humanos, porém, a mesma não se limita apenas ao que sentimos individualmente. Ela é uma rede de fatores relacionados. (Brasil, 2011).

Assegurar o acesso universal e igualitário ainda constitui um desafio em diferentes cenários para os diversos sujeitos que demandam por atendimentos de saúde em suas especificidades. Dentre aqueles que enfrentam cotidianamente as dificuldades de acesso e a garantia de promoção, proteção e recuperação de sua saúde, encontra-se a população de transexuais, travestis e transgêneros (Rocon et al., 2020). Deste forma, tratando-se de pessoas transgêneras, sejam elas travestis, homens ou mulheres transexuais, ou seja, de pessoas que não se identificam com o gênero ao qual foram designadas em seu nascimento, são as que mais sofrem com o estigma, a discriminação e o preconceito (Brasil, 2017).

Os sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas, onde a comunidade trans sofre com a somatização de vários preconceitos sociais, a submetendo a situações excludentes, gerando graves problemas relacionados ao adoecimento mental. Essa amarra social centrada na norma rígida sobre a identidade e expressão de gênero, é causadora de muitos males, como ansiedade, depressão, abuso de substâncias psicoativas, autolesão, tentativa de suicídio, pensamento suicida e transtornos mentais.

A vivência da transexualidade tem sido marcada pelo não reconhecimento da identidade de gênero, por dificuldades originárias de conflitos familiares, relacionamentos sexuais e afetivos; situações de exclusão e de marginalização social, além de outras relacionadas aos resultados de intervenções e/ou frustrações decorrentes da impossibilidade de submissão a determinados tratamentos estéticos, cirúrgicos, entre outros. Por sua vez, essas experiências podem acarretar inúmeros conflitos, dores e sofrimentos às pessoas transexuais. (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 2021).

A população transexual sofre com as marcas da dominação, humilhação, desrespeito, que se tornam traços presentes no cotidiano dessas pessoas. Sentem na pele a intolerância da sociedade injusta, preconceituosa e que nega a existência dessas pessoas como sujeitos livres e possuidores de direitos (Lima et al, 2016).

Souza *et al* (2015) destacam as situações de violência por meio de 'chacota', humilhação, discriminação, entre outras situações – o que leva a população trans a evitar adentrar os equipamentos e serviços de saúde, o que reflete na piora de suas condições de bem-estar físico, mental e social. Diante das circunstâncias expostas, as pessoas trans e travestis só acessam os estabelecimentos de saúde em casos graves.

O dispositivo binário de gênero é que o verdadeiro mecanismo opressor, a sua predominância hegemônica e ostensiva é a causadora dos tormentos vividos pela população trans, fonte inequívoca do preconceito, intolerância, discriminação, exclusão e violência - social, política, econômica e psicológica - que aflige todas as pessoas que se desviam do modelo oficial masculino-feminino. (Lanz, 2017).

Em 2020, a Secretaria Municipal de Saúde inaugurou o Ambulatório TT, que funciona com demandas espontâneas e atualmente 514 pessoas são cadastradas, incluindo travestis, pessoas não binárias, intersexo, mulheres e homens trans. O ambulatório oferece cuidados no processo transexualizador, com acompanhamento clínico da hormonização. A equipe profissional é composta por dois médicos (clínico geral e psiquiatra), psicóloga e enfermeira. No momento, está sem a atuação de assistência social.

No ambulatório, são oferecidas diversas modalidades de atendimento, como acolhimento (organização de um fluxo individualizado), administração de hormônios, apoio psicológico, grupos terapêuticos para usuários e usuárias, além de grupos específicos para as mães. Também são promovidas rodas de conversa com temas diversos, relacionados aos direitos da população trans.

Neste contexto, torna-se importante compreender os agravos de saúde dos usuários e das usuárias do Ambulatório TT, destacando aqui a somativa de vulnerabilidades, sobretudo ao descumprimento dos princípios do SUS. Deste modo, a pergunta norteadora do estudo é: Quais as características dos agravos de saúde mental dos usuários e usuárias do Ambulatório Transexual e Travesti de Natal/RN?

## II. Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, transversal, exploratório com abordagem quantitativa.

**População e Local de Estudo:** Usuários e usuárias assistidos (as) do Ambulatório Transexual e Travesti de Natal, estado do Rio Grande do Norte, Brasil, maiores de 18 anos de idade, residentes no município de Natal e que tenham acessado o serviço entre novembro de 2020 e dezembro de 2023.

**Coleta de Dados:** Os dados catalogados foram realizados a partir das informações que constam nos registros da ficha de acolhimento do referido serviço, com as variáveis acerca da saúde mental. Foram coletadas as respostas referente as questões relacionadas aos pensamentos suicidas, tentativa de suicídio, autolesão, se faz uso de alguma substância psicoativa e quais os tipos, se possui algum tipo de transtorno mental e se sofreu violência, em caso de resposta afirmativa, quais os tipos de violência sofridas e se tomou alguma medida.

**Avaliação dos dados:** A abordagem quantitativa foi desenhada para mensurar as características dos agravos em saúde mental mais acometidos pela população trans e travesti e o método submetido foi estatística descritiva por meio de contagem simples, que permitiu a geração de tabelas.

## III. Resultados E Discussões

As demandas da população trans, não se restringe às consultas médicas para acompanhamento da hormonização, possui peculiaridades individuais, desde os territórios que estão inseridas os contextos sociais desses indivíduos, sendo necessário um acolhimento qualificado, com entendimento para o conceito de uma saúde ampliada que envolve bem-estar físico, mental e social, que abrangem as suas especificidades, como o modo de vida, a maneira como acessar ou se acessou a escola, os espaços de saúde, cultura e lazer, bem como a realização das atividades do cotidiano.

Sabendo então que as necessidades das travestis, homens e mulheres trans, não são determinadas apenas com a normatização do processo transexualizador, visualiza-se que depois das modificações corporais oriundas da hormonização, o adoecimento mental é um dos principais carecimentos no serviço estudado.

Todavia, apesar dos profissionais que compõem a equipe do serviço, respeitarem os valores do SUS ao proporcionar o cuidado centralizado do indivíduo, na construção dos sujeitos em consonância com suas identidades sociais, a composição da equipe multidisciplinar é mínima, contando com dois médicos, sendo uma médica psiquiatra que não consegue suprir com a

demanda da saúde mental, onde a atuação da psicologia é voltada tanto para o acolhimento das demandas psicológicas advindas do processo transexualizador quanto as necessidades relacionadas à vivência de ser uma pessoa trans.

Quando uma pessoa trans busca assistência em saúde para ajudar a si própria nesse processo de uma nova produção de vida, ela não pode encontrar nos serviços a produção da sua própria morte. Esses desejos não são caprichos. Muitas pessoas trans quando procuram os serviços, já sabem como pretendem viver, e muitas já o fazem, elas só precisam que determinados profissionais as auxiliem a tornarem esses desejos reais. (Santos, 2022).

Os dados apresentados a seguir na Tabela 1, são elementos relacionados à saúde mental, os quais analisamos a utilização ou não de alguma substância psicoativa, qual tipo da substância utilizada e os tipos de transtorno mental diagnosticado.

**Tabela 1.** Uso de substâncias psicoativas e tipos de transtorno mental

Variáveis		%
Faz uso de alguma substância psicoativa	Não	26,08
	Sim	52,91
	Não informado	20,00
Faz uso de alguma substância	Não	26,08
	Sim	52,91
	Não informado	20,00
Faz uso de alguma substância psicoativa	Álcool	29,32
	Álcool/Maconha	4,59
	Álcool/Tabaco	7,775
	Álcool/Tabaco/Maconha	5,30
	Maconha	8,83
	Tabaco	6,00
	Outros	1,06
	Não informado	36,40
Tipos de Transtorno Mental	Ansiedade	6,14
	Ansiedade/Autismo	0,88
	Ansiedade/TDAH	0,88
	Boderline	4,39
	Depressão/Ansiedade	63,16
	Esquizofrenia	0,88
	Estresse Pós Traumático	0,88
	Síndrome do pânico	3,51
	TDAH	6,14
	TDAH/ Autismo	0,88
	TOC	0,88
	Transtorno Bipolar	12,28

Fonte: Autoria própria com base nos dados secundários fornecidos pelo Ambulatório Transexual e Travesti de Natal (2024).

Quando perguntado sobre o uso de substâncias psicoativas (52,91%) enunciaram que fazem uso. Os tipos de substâncias mais utilizadas são álcool (29,32%), seguido do uso de maconha (8,83%). Uma parcela dos usuários ou usuárias consomem tanto maconha e álcool (7,77%). Apenas a título declarativo, o álcool é uma substância psicoativa lícita, enquanto a maconha é uma substância ilícita no nosso país.

Quando abordado sobre os transtornos psiquiátricos mais diagnosticados, depara-se com a depressão e ansiedade com (63,16%) dos usuários e usuárias do ambulatório TT. Algumas pessoas afirmaram terem o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e serem diagnosticadas com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). É importante enfatizar que o TEA e o TDAH não são considerados um transtorno, mas sim, respectivamente, um distúrbio do neurodesenvolvimento e neurocomportamental.

Na tabela 02 estão expostos os dados com as variáveis de pensamentos suicidas, tentativa de suicídio e auto lesão.

**Tabela 2.** Variáveis pensamentos suicidas, tentativa de suicídio e auto lesão

Variáveis		%
Tem / ou já teve pensamentos	Não	29,89

suicidas?	Sim	62,63
	Não informado	7,48
Tentativa de Suicídio?	Não	48,58
	Sim	40,62
	Não informado	10,80
Autolesão	Não	49,49
	Sim	33,33
	Não informado	17,17

Fonte: Autoria própria com base nos dados secundários fornecidos pelo Ambulatório Transexual e Travesti de Natal/RN (2024).

Acerca dos pensamentos suicidas, uma parcela bem significativa (62,83%) reportou ter ideias suicidas. Um índice de (40,62%) mencionaram terem tentado suicídio. Em uma parcela de (33,33%), relataram que praticaram a autolesão. Em seguida, na tabela 3, são descritos os dados da variável sobre a violência transfóbica, os tipos de violência e quanto a tomada de alguma medida.

Jorge e Travassos (2018) reconhece que há também aqueles que, por não conseguirem realizar o processo transexualizador, adoececem de um sofrimento avassalador e cometem automutilação ou suicídio. Mas se os serviços de saúde oferecessem o acolhimento adequado a essas pessoas, guiado pela escuta e não pela necessidade de dar uma resposta, talvez o cenário fosse outro.

**Tabela 03 - Variáveis sobre violência, os tipos de violência e se tomou alguma medida**

Variáveis	%
Sim	56,58%
Não	27,05
Não informado	16,37%
Qual foi o tipo de violência?	
Psicológica	43,17%
Física	21,58%
Verbal	16,55%
Sexual	7,91%
Institucional	7,19%
Doméstica	3,60%
Tomou alguma medida?	
Não	79,82%
Sim	20,18%

Fonte: Autoria própria com base nos dados secundários fornecidos pelo Ambulatório Transexual e Travesti de Natal/RN (2024).

Os (as) usuários (as) foram indagados (as) se já sofreram alguma violência transfóbica, com o percentual de (62,89%), apuramos que pessoas que se autodeclararam pretas e pardas já sofreram esse tipo de violência. Os tipos de violência em maior enfrentamento foi a violência psicológica com (43,17%) pessoas afirmaram esse dado, seguida de violência física com (21,58%) das pessoas do Ambulatório TT. Para as respostas positivas, ao indagar se alguma medida para a denúncia foi tomada, (79,82%) dos usuários ou usuárias informaram que não tomaram nenhuma medida. A ausência desses dados nos sistemas de informação impossibilita ações de combate a violência transfóbica. A transfobia é a mais grave manifestação da capacidade de ódio e violência derivada desse estigma, (Lanz, 2017).

O conceito de violência transfóbica pode ser lido no conceito mais amplo em que se insere, a violência de gênero, acrescentando-se a especificidade das vítimas – pessoas transgêneras – e os modos frequentemente cruéis pelos quais se manifesta, (Podestá, 2019). A autora ainda cita que da mesma forma, para sofrer a violência transfóbica, adiante que não é necessário que alguém se identifique como pessoa trans. Sabemos que o agressor não pergunta se a pessoa trans reivindica alguma identidade de mulher transexual, travesti, pessoa não binária, *queer* ou homem trans – ou não é pessoa trans – , ele apenas a ataca.

#### IV. Considerações Finais

Ao finalizar esse trabalho, logo após, caracterizar os agravos da saúde mental dos usuários e usuárias do Ambulatório TT, é necessário o combate sistemático da conduta do binarismo de gênero que deriva discriminação, intolerância, exclusão e violência com um programa robusto de educação em todos os setores da sociedade.

Os resultados indicam que a maioria dos indivíduos faz uso de substâncias psicoativas, com destaque para o álcool, em seguida são usuários ou usuárias da maconha. A depressão e a ansiedade são os transtornos mentais mais recorrentes na população estudada. Observa-se também que a maior parte da população trans já teve pensamentos suicidas, embora sem concretizá-los. Contudo, é importante ressaltar que não houve uma diferença significativa entre aqueles que já planejaram o suicídio e aqueles que não o fizeram. A maioria também já praticou autolesão. Em relação às violências sofridas, a psicológica é a mais prevalente, seguida pela violência física. Apesar dos números alarmantes, em sua maioria, não foram tomadas medidas para denunciar os atos cometidos.

Mediante os dados expostos, concluímos que a população trans sofre desigualdade social decorrentes da somatização de preconceito, sendo produtora do adoecimento mental, infringindo o princípio da equidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

### Referências

- [1] Brasil. Constituição (1988). Constituição Da República Federativa Do Brasil. Brasília, Df: Supremo Tribunal Federal. Título Viii, Da Ordem Social, Capítulo Ii, Da Seguridade Social, Seção Ii Da Saúde. Disponível Em: <https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirbase=Cf&Abrirartigo=196#:~:Text=Art.&Text=Da%20sa%C3%Bade-.Art.,Sua%20promo%C3%A7%C3%A3o%2c%20prote%C3%A7%C3%A3o%20e%20recupera%C3%A7%C3%A3o.> Acesso Em 01 set. 2024.
- [2] Brasil. Ministério Do Desenvolvimento Social E Agrário E Governo Federal Do Brasil. Cartilha: Garantia Da Utilização Do Nome Social Para As Pessoas Travestis E Transexuais. Disponível Em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/folders/cartilha\\_nome\\_social.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/folders/cartilha_nome_social.pdf). Acesso Em 01 Set. 2024.
- [3] Cedec - Centro De Estudos De Cultura Contemporânea. Mapeamento Das Pessoas Trans Na Cidade De São Paulo: Relatório De Pesquisa. São Paulo, 2021.
- [4] Jorge, Marco Antonio Coutinho. Travassos, Natália Pereira. Transexualidade: O Corpo Entre O Sujeito E A Ciência. Rio De Janeiro: Zahar, 2018. 149 P.
- [5] Lanz, Leticia. Visibilidade Social Da Pessoa Transgênera: O Que Não É Visto Não É Condenado. Transdiversidades: Práticas E Diálogos Em Trânsitos. Organização Anna Paula Uziel, Flávio Guilhon. Rio De Janeiro, Ed. Uerj, 2017.
- [6] Lima, Maria Dalete Alves, Souza, Alcimar Da Silva. Dantas, Maridiana Figueiredo. Al. Os Desafios À Garantia De Direitos Da População Lgbt No Sistema Único De Saúde (Sus). Revista Interfaces, V.3, N.11, 2016.
- [7] Podestà, Lucas Lima De. Ensaio Sobre O Conceito De Transfobia. Rev. Periódicus, V. 1, N. 11, 2019.
- [8] Queer. Veja O Que Cada Letra Da Sigla Lgbtqiapn+ Significa. Disponível Em: <https://queer.ig.com.br/2024-01-20/-veja-o-que-cada-letra-da-sigla-lgbtqiapn-significa.html>. Acesso Em 09 Set. 2024.
- [9] Rocon, Pablo Cardozo, Wandekoken, Kallen Dettmann, Barros, Maria Elizabeth De Barros. Duarte, Marco José Oliveira. Sodrè, Francis. Acesso À Saúde Pela População Trans No Brasil: Nas Entrelinhas Da Revisão Integrativa. Rev. Trab. Educ. Saúde, V.18, N 1, 2020.
- [10] Souza, Martha Helena Teixeira. Malvasi, Paulo. Signorelli, Marcos Claudio. Pereira, Pedro Paulo Gomes. Violência E Sofrimento Social No Itinerário De Travestis De Santa Maria, Rio Grande Do Sul. Rev. Cadernos De Saúde Pública, V. 31, N. 4, 2015.